

**Relatório de Administração - Dezembro de 2021**

**Apresentação:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de Dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Desempenho:** O Banco Caixa Geral - Brasil apresentou prejuízo líquido de R\$10,37 milhões no ano de 2021, decorrente de uma alavancagem muito reduzida em relação à média de seus pares e do setor bancário brasileiro e do aumento das despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O Banco manteve atuação conservadora em relação a sua Carteira de Crédito, buscando estabilidade no montante concedido em relação ao último ano, continuou com medidas de contenção de custos e segue focando suas operações nos segmentos de crédito e tesouraria. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de Dezembro de 2021, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 38,29%. **Gerenciamento de Riscos:** A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios, mantém

vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos e foi estruturada com uma Gerência de Análise de Crédito e uma Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez, Operacional e Crédito. O Banco Caixa Geral - Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez são divulgadas no site da Instituição na internet, no endereço: www.bcgrasil.com.br. **Agradecimentos:** A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nos depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Disponibilidades</b>	4	2.727	5.235
<b>Instrumentos Financeiros</b>		1.286.429	1.232.744
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	211.843	176.361
Carteira de câmbio	10	201.789	149.099
Títulos e valores mobiliários	6.a	407.034	464.816
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	93.278	117.878
Operações de crédito	9.a	372.485	324.590
<b>Outros Ativos</b>		59.739	64.293
Ativos não financeiros mantidos para venda	11.a	53.502	67.824
Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	11.a	(10.567)	(9.622)
Diversos	11.b	16.800	6.091
<b>Provisões para Perdas Esperadas</b>			
<b>Associadas ao Risco de Crédito</b>	9.a	(47.114)	(60.119)
<b>Crédito Tributário</b>	17.b	87.232	79.051
<b>Investimento em Participação em Controlada</b>	12.a	23.299	22.833
<b>Imobilizado e Intangível</b>		1.383	1.516
<b>Total do Ativo</b>		1.413.491	1.345.553

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Fimdo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
	Reserva de Lucros			Total
	Capital Social	Reserva Legal Especial	Reserva de Mercado - TVM	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	323.728	1.701	4.106	324.709
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	2.269	2.269
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(14.985)
Destinações:				
Absorção de prejuízo do exercício com reservas de lucros	-	(1.701)	-	(1.701)
Prêmios de créditos (nota 18.b)	-	(4.106)	-	(4.106)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	323.728	-	(2.557)	(2.557)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	323.728	-	(2.557)	(2.557)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	(4.823)	(4.823)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(10.370)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	323.728	-	(7.380)	(23.654)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2021</b>	323.728	-	(6.498)	(11.984)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	(882)	(882)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(11.670)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	323.728	-	(7.380)	(23.654)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Fimdo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)**

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 - 3º andar - São Paulo - SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1ª de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

**2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço. As alterações implementadas pelas novas normas não impactam o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis de mudança de estimativa e reclassificação de erro; Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento consultivo básico; Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados; Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 21 de fevereiro de 2022.

**3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais; b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment". c) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. d) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços. e) Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". (iii) Títulos mantidos até o vencimento com a intenção de a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. O Banco, em conformidade com o CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). f) Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados com base nos seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras. • Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício. • Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras. • Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). Em conformância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. h) Operações em

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Fimdo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais</b>			
<b>Prejuízo Líquido ajustado nos semestres/exercícios</b>		113.078,1	(15.611)
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido: Depreciações e amortizações	22	11.408,1	(10.370)
Baixa de ativos não financeiros mantidos para venda		205	407
Resultado de participação em controlada	12.b	(862)	(499)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.a	89	14
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6.420	3.769
Reversão para impostos e contribuições diferidos		(1.739)	(4.096)
Provisão parábens não de valor	24.b	945	945
Provisão para títulos e valores mobiliários		-	12.314
Provisão para realização de ativos financeiros	24.b	1.124	1.124
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	e 24.b	575	1.382
Constituição de Créditos tributários		(8.105)	(4.286)
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		(882)	(4.823)
<b>Variações dos Ativos e Obrigações</b>		221.951	49.788
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	962
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		108.740	69.965
(Aumento)/Redução em carteira de câmbio (ativo/passivo)		(13.749)	(10.836)
Aumento em operações de crédito		(121.111)	(64.669)
Aumento em outros ativos		(6.698)	(7.449)
Aumento em depósitos		251.400	151.285
Redução em captação no mercado aberto		(72.119)	(6.517)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		24.423	(30.424)
Aumento (Redução) em outras obrigações		11.266	13.055
Imposto pago		(5.695)	(11.301)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		45.494	54.283
<b>Fluxo de Caixa oriundos (Aplicados) das Atividades Operacionais</b>		208.873	34.177

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Fimdo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>			
Operações de crédito	13.104	22.253	22.005
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		7.483	20.260
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	8.193	(20.594)
Resultado de operações de câmbio		(190)	16.173
<b>Despesa da Intermediação Financeira</b>		(26.802)	(32.070)
Operações de captações no mercado		(19.536)	(26.332)
Operações de empréstimos e repasses		(846)	(1.969)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(6.420)	(3.769)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		1.788	25.010
<b>Outras (Despesas) Receitas Operacionais</b>		(22.540)	(43.105)
Receitas de prestação de serviços	21	1.379	4.561
Resultado de participação em controlada	12.b	862	499
Despesas de pessoal		(12.389)	(24.196)
Outras despesas administrativas	22	(9.036)	(18.828)
Despesas tributárias	23	(1.103)	(2.324)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	24.a	(2.253)	(2.962)
<b>Resultado Operacional</b>		(20.752)	(18.094)
<b>Resultado Não Operacional</b>		(762)	(659)
<b>Resultado antes da Tributação sobre Lucro</b>		(21.514)	(18.753)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social exercido</b>		9.844	8.382
Provisão para imposto de renda		-	(1.833)
Provisão para contribuição social		-	(1.482)
Ativo (passivo) fiscal diferido		9.844	8.382
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestres/exercícios</b>		(11.670)	(10.370)
<b>Lucro (Prejuízo) por ação no final dos semestres/exercícios (R\$)</b>		(13,42)	(11,93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e para o Semestre Fimdo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido dos Semestres/Exercícios</b>	(11.670)	(10.370)	(14.985)
<b>Outros Resultados Abrangentes a serem Reclassificados para o Resultado em Períodos Subsequentes</b>	(882)	(4.823)	2.269
Outros resultados abrangentes - ajuste ao valor de mercado, líquido dos impostos	(882)	(4.823)	2.269
Resultado abrangente total	(12.552)	(15.193)	(12.716)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Títulos disponíveis para venda			
	2021	2020	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
<b>Títulos públicos</b>			
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)			
De 1 a 3 anos	10.048	10.086	96.970
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (**)			
De 3 a 12 meses	9.895	9.725	1.039
De 1 a 3 anos	244.744	232.147	243.166
<b>Total de títulos públicos</b>	264.687	251.958	341.175

Títulos disponíveis para venda			
	2021	2020	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
<b>Bonds (***)</b>			
De 1 a 3 anos	12.460	-	12.581
Nota Promissória			
De 3 a 12 meses	-	-	15.577
<b>Debêntures (**)</b>			
Até 3 meses	1.035	1.036	-
De 3 a 12 meses	6.896	6.931	11.685
De 1 a 3 anos	21.107	20.987	40.458
Acima de 3 anos	27.889	22.537	13.174
<b>Total de títulos privados</b>	69.387	51.491	93.475
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	334.074	303.449	434.650
Circulante	187.105	121.277	138.259
Não Circulante	316.248	285.757	406.349
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	503.353	407.034	544.608

(\*) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$61.802 (R\$102.623 em dezembro de 2020) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.1). (\*\*\*) Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui provisão para "impairment" de Debêntures, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$64.299 (R\$62.882 em dezembro de 2020). (\*\*\*) Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui provisão para "impairment" de Bonds, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$12.460 (R\$12.581 em dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento". c) Custódia dos títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2021, os títulos públicos, no montante de R\$339.328 (R\$378.787 em dezembro de 2020), estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC e os títulos privados, no montante de R\$51.491 (R\$71.553 em dezembro de 2020), estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$16.215 (R\$16.476 em dezembro de 2020), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos. d) Valor de mercado: Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos. A provisão para os bonds foi calculada com base nas últimas negociações das ações da Abengoa Espanha, no período de 2 anos. No exercício de 2020, o Banco reconheceu impairment, no montante de R\$9.468. Os títulos públicos e b) Composição do valor de referência por vencimento:

2021				2020			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses
"Swap" - posição ativa	5.500	150.471	113.283	13.200	282.454	7.300	30.900
"Swap" - posição passiva	98.384	421	91.516	-	190.322	144.194	1.841
NDF - posição ativa	36.226	5.379	-	-	41.605	3.900	2.000
NDF - posição passiva	22.704	-	-	-	22.704	9.800	7.320
Futuros - posição comprada	218.327	214.278	49.607	-	482.212	189.583	157.448
Futuros - posição vendida	147.328	64.174	176.293	23.874	411.669	29.470	198.669
Total	528.469	434.723	430.699	37.074	1.430.96		

continuação

## Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

no exterior, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$139.644 (R\$103.955 em dezembro de 2020) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa, é de R\$ 228 (receita R\$ 332 em dezembro de 2020). A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

## 8 GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção. **I. Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, avaliando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estruturas de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para o acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos. • Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria). • Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos. • Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2021, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$6.569 (R\$4.243 em dezembro de 2020). **II. Risco de crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A

c) Composição da carteira por vencimento:

Capital de giro	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Financiamento à exportação	(39.793)	(60.119)	(57.135)	(57.135)
Financiamento - BNDES	11.046	(12.278)	(34.577)	(34.577)
Confissão de dívida	4.626	8.509	21.869	21.869
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC	16.774	9.217	9.217	9.217
Créditos para avais e fiança honorados	17.945	30.664	58.576	35.971
Total	17.945	76.243	70.808	48.473

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
AA	8.624	345	39.982	200
A	0,50%	68.413	154,521	1.545
B	1,00%	186.514	15.007	450
C	3,00%	—	18.583	1.858
D	10,00%	31.737	4.527	6.708
E	30,00%	15.091	26.445	33.591
F	50,00%	52.889	9.217	18.363
H	100,00%	9.217	45.581	25.071
Total	372.485	45.581	1.533	54.794

(\*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo no início	(39.793)	(60.119)	(57.135)	(57.135)
Provisão constituída	11.046	(12.278)	(34.577)	(34.577)
Reversão de provisão	4.626	8.509	21.869	21.869
Baixa para prejuízo	—	16.774	9.217	9.217
Reversão baixa líquida para prejuízo	(901)	(47.114)	(60.119)	(60.119)
Saldo ao final	(39.793)	(60.119)	(34.577)	(34.577)
Circulante	(39.793)	(60.119)	(34.577)	(34.577)
Não Circulante	(27.839)	(22.088)	(27.839)	(22.088)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados: No segundo semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2021, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo. Em 31 de dezembro de 2020, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado para prejuízo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram renegociadas 10 (9 em dezembro de 2020) operações de crédito, no montante total de R\$85.816 (R\$ 63.700 em dezembro de 2020).

## 10 CARTEIRA DE CÂMBIO

Ativo: **2021** **2020**  
Câmbio comprado a liquidar 179.523 137.700  
Direitos sobre venda de câmbio 22.266 11.399  
Total 201.789 149.099

Passivo: **2021** **2020**  
Câmbio vendido a liquidar 21.430 11.144  
Obrigações por compras de câmbio 172.153 140.585  
Total 193.583 151.729

A carteira de câmbio, em 31 de dezembro de 2021, possui prazo médio de 195 dias (167 dias em dezembro de 2020).

## 11 OUTROS ATIVOS

a) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Imóvel - Localização	2021		2020	
	Principal	Provisão Líquido	Principal	Líquido
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	(4.022)	23.866	27.888
Recanto das Emas - DF	—	—	—	14.322
Umirim - CE	5.109	(2.829)	2.280	5.109
Cascavel - CE	7.413	(2.698)	4.715	7.413
Aquiraz - CE	13.092	(1.018)	12.074	13.092
Total	53.502	(10.567)	42.935	67.824
Não Circulante	53.502	(10.567)	42.935	58.202

Referem-se a imóveis recebidos em troca de pagamento no exercício de 2017 e nos meses de maio de 2019 e de julho de 2020. No segundo semestre de 2021, o Banco vendeu o imóvel localizado no Recanto das Emas - DF, pelo montante de R\$ 13.500 mil, sendo R\$ 675 mil recebido à vista, o restante pago em 36 parcelas mensais, atualizadas pelo CDI+3,5% a.a. O resultado dessa venda foi uma perda de R\$ 822 mil.

b) Diversos **2021** **2020**  
Impostos e contribuições a compensar 2.254 4.361  
Adiantamento e antecipações salariais 309 254  
Rendas a receber 12.839 443  
Depósitos judiciais (nota nº 16.a) 1.641 191  
Despesas antecipadas 518 532  
Provisão para a realização de ativos financeiros (1.255) (131)  
Outros 494 441  
Total 16.800 6.091  
Circulante 7.268 5.294  
Não Circulante 9.532 797

## 12 INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada:

Dados da controlada	2021		2020	
	Investimentos	CGD	Investimentos	CGD
Capital social	12.595	12.595	12.595	12.595
Patrimônio líquido	23.299	22.833	23.299	22.833
Lucro líquido nos exercícios	499	134	499	134
Participação societária	100%	100%	100%	100%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	23.299	22.833	23.299	22.833
Total do investimento	23.299	22.833	23.299	22.833
Resultado de equivalência patrimonial nos exercícios	499	134	499	134

b) Movimentação dos investimentos:

	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo ao início dos meses/exercícios	22.437	22.833	22.437	22.833
Resultado da participação em controlada	862	499	134	134
Dividendos recebidos	—	(33)	—	—
Saldos ao final dos meses/exercícios	23.299	23.299	22.833	22.833
Não Circulante	23.299	23.299	22.833	22.833

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

a) Depósitos: **2021** **2020**  
Depósitos à vista 5.890 19.965  
Depósitos a prazo 519.853 355.343  
De 1 a 90 dias 42.132 90.760  
De 91 até 360 dias 285.261 189.395  
A vencer após 360 dias 192.460 75.188  
Depósitos interfinanceiros 19.413 18.563

avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário. **III - Risco operacional:** O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos perfis de riscos bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os negócios de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação estabelecida pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico. **IV - Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descausamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O *Stress Test* da liquidez utiliza como premissa uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. **V - Gestão de Capital:** A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual. Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento. Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares. As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

## 9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação:

	2021		2020	
	Valor em risco	Provisão	Valor em risco	Provisão
Capital de giro	61.402	73.031	89.203	51.844
Financiamento à exportação	89.203	51.844	856	1.664
Financiamento - BNDES	151.461	126.539	45.776	37.697
Total de operações de crédito	175.248	142.927	175.248	142.927
Adiantamento sobre contrato de câmbio	—	—	—	—
Créditos para avais e fianças honorados	—	—	—	—
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	372.485	324.590	372.485	324.590
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(47.114)	(60.119)	(213.469)	(205.989)
Circulante	213.469	205.989	159.016	118.601
Não Circulante	159.016	118.601	—	—

b) Composição da carteira por setor de atividade:

	2021		2020	
	Valor em risco	Provisão	Valor em risco	Provisão
Sector Privado:	—	—	—	—
Indústria	197.772	206.041	58.856	33.072
Comércio	45.208	34.181	70.650	51.296
Rural	70.650	51.296	—	—
Outros	372.485	324.590	—	—

c) Composição da carteira por vencimento:

	2021		2020	
	01 a 30 dias	31a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias
Acima 360 dias	—	—	—	—
Total	30.283	497	11.646	18.976
Total	15.296	11.735	—	62.172
—	—	—	856	856
—	—	—	45.776	37.697
—	—	—	—	17.427
17.945	30.664	58.576	35.971	32.092
Total	17.945	76.243	70.808	48.473

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	2021		2020	
	Provisão	Resolução	Provisão	Resolução
AA	8.624	345	39.982	200
A	0,50%	68.413	154,521	1.545
B	1,00%	186.514	15.007	450
C	3,00%	—	18.583	1.858
D	10,00%	31.737	4.527	6.708
E	30,00%	15.091	26.445	33.591
F	50,00%	52.889	9.217	18.363
H	100,00%	9.217	45.581	25.071
Total	372.485	45.581	1.533	54.794

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	2021		2020	
	De 1 a 90 dias	Total	De 1 a 90 dias	Total
Total de depósitos	1.830	1.830	1.830	1.830
Circulante	1.830	1.830	1.830	1.830
Não Circulante	—	—	—	—
Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$527.996 (R\$365.572 em dezembro de 2020), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 116% (de 95% a 119% em dezembro de 2020). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$11.270 (R\$8.334 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 4,26% a 13,61% (2,69% a 11,28% em dezembro de 2020).				

b) Captações no mercado aberto

	2021		2020	
	Moeda	Reais	USD	Reais
Carteira própria: Debêntures	1.830	1.830	8.347	8.347
Total de captações no mercado aberto	1.830	1.830	8.347	8.347
Circulante	1.830	1.830	8.347	8.347
Não Circulante	—	—	—	—
Recursos de aceites e emissão de títulos: Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$99.955 (R\$132.654 em dezembro de 2020) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 97,5% a 118% (93% a 116% em dezembro de 2020). As letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$2.713 (R\$438 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 4,30% a 12,56% (2,58% a 2,88% em dezembro de 2020).				


Em 31 de dezembro de 2021, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$90.833 (R\$132.698 em dezembro de 2020), e acima de 360 dias é de R\$11.835 (R\$394 em dezembro de 2020).

d) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais: Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R\$837 (R\$1.629, em dezembro de 2020), com prazo de vencimento em 2022 (com prazo de vencimento em 2022).

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2021		2020	
	Moeda	Reais	USD	Reais
Empréstimo no Exterior:	—	—	—	—
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	29.195	162.801	45.000
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	5.000	31.594	2.200
Circulante	—	—	—	—
Não Circulante	—	—	—	—

(\*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. B, e com vencimentos em Janeiro de 2022, no montante de R\$ 110.549 (R\$ 143.931 em janeiro de 2021), e em abril de 2022, no montante de R\$ 83.846 (R\$ 103.955 em abril de 2021).

☆ continuação	Banco Caixa Geral - Brasil S.A.		Controller - Lúcio Fábio Tavares Garcia - CRC 1SP 223.923/O-4
A Diretoria	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
<p>Aos administradores e acionistas do <b>Banco Caixa Geral - Brasil S.A.</b></p> <p><b>Opinião</b></p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).</p> <p><b>Base para opinião</b></p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</b></p> <p>A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.</p>	<p>A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras</b></p> <p>A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela diretoria do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p>	<p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b></p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li> <li>• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.</li> <li>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade</li> </ul>	<p>das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.</li> <li>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</li> </ul> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.</p> <p><b>ERNST &amp; YOUNG</b> Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6 <b>Fabício Pimenta</b> Contador CRC- 1SP241659/O-9</p> 

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 25/02/2022 09:33:59 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.